



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Comissão de Graduação

1 Ata da VII sessão ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as catorze horas do
2 dia sete de agosto de dois mil e vinte e cinco, e realizada na Sala 312-1, Bloco A, da Universidade
3 Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu, Santo André - SP. A
4 reunião foi presidida pelo professor Marcelo Salvador Caetano, Pró-Reitor Adjunto de Graduação,
5 e contou com a presença dos seguintes membros: Alysso Fábio Ferrari, Coordenador do curso de
6 Bacharelado em Física; Ana Lígia Scott, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência da
7 Computação; Arthur Caldeira Silva Leão, Representante Discente; Camila Caldeira Nunes Dias,
8 Coordenadora do curso de Bacharelado em Políticas Públicas; Carlos Eduardo Gianetti,
9 Representante Técnico-administrativo; Carolina Benetti, Coordenadora do curso de Engenharia
10 Biomédica; Carolina Bezerra Machado, Coordenadora *pro tempore* do curso de Licenciatura em
11 História; Cesar Monzu Freire, Coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial; Claudio José
12 Bordin Júnior, Coordenador do curso de Engenharia de Informação; Danilo Trabuço do Amaral,
13 Coordenador do curso de Bacharelado em Biotecnologia; Danusa Munford, Coordenadora do curso
14 de Licenciatura em Ciências Biológicas; Elias David Morales Martinez, Coordenador do curso de
15 Bacharelado em Relações Internacionais; Isabel Coronel da Silva, Representante Técnico-
16 administrativa; José Luiz Bastos Neves, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia;
17 Luciana Rodrigues Fagnoni Costa Travassos, Coordenadora do curso de Bacharelado em
18 Planejamento Territorial; Luiz Fernando Grespan Setz, Coordenador do curso de Engenharia de
19 Materiais; Maisa Helena Altarugio, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e
20 Exatas (LCNE); Marcelo Bender Perotoni, Vice-coordenador do curso de Engenharia de
21 Instrumentação, Automação e Robótica; Marcelo Modesto da Silva, Vice-coordenador do curso de
22 Engenharia de Energia; Marcia Aguiar, Coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática;
23 Márcia Helena Alvim, Vice-diretora do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Maria
24 Candida Varone de Moraes Capecchi, Coordenadora do curso de Licenciatura em Física; Mariana
25 Moraes de Oliveira Sombrio, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Humanas;
26 Maurício Richartz, Vice-diretor do Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC);
27 Michelle Sato Frigo, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Mirela Inês
28 de Sairre, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Química; Nyla Gabrielly Silva Dias,
29 Representante Discente; Rafael Cava Mori, Coordenador do curso de Licenciatura em Química;
30 Rafael Santos de Oliveira Alves, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Ramatis
31 Jacino, Vice-coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Raquel Vecchio
32 Fornari, Coordenadora do curso de Bacharelado em Neurociência; Regimeire de Oliveira Maciel,
33 Coordenadora do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Renata Maria Pinto Moreira,
34 Coordenadora do curso de Engenharia Ambiental e Urbana; Renata Simões, Coordenadora do curso
35 de Bacharelado em Ciências Biológicas; Roberta Guimarães Peres, Coordenadora do curso de
36 Bacharelado em Ciências e Humanidades; Samon Noyama, Vice-coordenador do curso de
37 Licenciatura em Filosofia; Sérgio Ricardo Lourenço, Vice-coordenador do curso de Engenharia de
38 Gestão; **Ausentes:** Marcos Vinícius Pó, Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências
39 Sociais Aplicadas (CECS); Ronaldo Cristiano Prati, Coordenador *pro tempore* do curso de
40 Bacharelado em Ciências de Dados. **Não votantes:** Ana Carolina Boero, Vice-coordenadora do
41 curso de Bacharelado em Matemática; Carolina Corrêa de Carvalho, Docente do CECS; Cíntia
42 Lima Crescêncio, Vice-coordenadora *pro tempore* do curso de Licenciatura em História; Luciana
43 Santos de Camargo Eugenio Dias, Assistente em Administração (DAC-ProGrad); Marcelo Tanaka
44 Hayashi, Vice-coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial; Rail Ribeiro Filho,

45 Administrador (ProGrad); Renata Coelho, Chefe da DAC-ProGrad; Rodrigo Roque Dias,
46 Coordenador Geral dos Cursos de Graduação (CGCG); Tania Cristina Dória, Representante
47 Técnico-administrativa suplente. **Apoio administrativo:** Edna Maria de Oliveira Loureiro,
48 Assistente em Administração, e Gleica Rodrigues de Souza, Estagiária. Professor Marcelo Caetano
49 cumprimentou a todos e deu início à sessão às catorze horas e nove minutos. **Informes da**
50 **Presidência.** 1) Alteração do Grupo de Trabalho (GT) para a organização do plano de ensino da
51 disciplina extensionista Projeto Dirigido e prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos.
52 Professor Marcelo informou que o GT passou a ter uma nova representante do CCNH, a professora
53 Iseli Lourenço Nantes, em substituição à professora Ana Melva Champi Farfan. Devido a essa
54 alteração, o prazo para a conclusão dos trabalhos foi prorrogado em 30 dias. Passou a palavra à
55 professora Michelle para informar sobre o andamento dos trabalhos do GT. Professora Michelle
56 informou que o grupo de trabalho não conseguiu avançar, pela questão da representação do CCNH.
57 Com a entrada da professora Iseli já ocorreram duas reuniões. Solicitou aos coordenadores que
58 tenham docentes alocados na disciplina Projeto Dirigido que, caso desejem, participem das
59 discussões. Haverá uma semana de formação pedagógica para alinhar o conteúdo com todos os
60 docentes. 2) Planejamento de oferta didática (CGCG). Professor Marcelo passou a palavra ao
61 professor Rodrigo, que destacou pontos importantes do Calendário de Planejamento de Oferta de
62 Disciplinas para 2026: até 19 de agosto as coordenações dos cursos de formação específica (CFE) e
63 direções de centro devem revisar as informações de planejamento que irão alimentar o sistema.
64 Mostrou as planilhas que deverão ser preenchidas com as disciplinas a serem ofertadas a cada
65 quadrimestre de 2026. No dia 25 de agosto ocorrerá a abertura dos sistemas de alocação para
66 criação das turmas dos CFE de 2026. O dia 26 de setembro é o prazo para criação das turmas dos
67 CFE do Q1.2026 nos sistemas de alocação. Para as turmas do Q2 e Q3 o prazo é 13 de outubro.
68 Explicou como alimentar o Sistemas de Alocação de Turmas: conforme informado na última sessão
69 da CG, diferentemente do que vem sendo feito nos últimos anos, a única solicitação é que os
70 horários das turmas sejam criados em salas virtuais. Quem de fato efetivará a alocação das turmas
71 nas salas físicas será a CGCG. Mostrou como isso irá funcionar acessando o Sistema. Em seguida
72 dirimiou algumas dúvidas. Chamou a atenção para o processo de alocação e definição de horários: a
73 equipe técnica da CGCG fez uma análise de todas as disciplinas ofertadas pelos CFE em 2025,
74 tendo em vista os horários das turmas ofertadas x o quadrimestre de oferta da disciplina obrigatória
75 na matriz curricular de cada curso. A ideia era identificar possíveis impedimentos para que as
76 pessoas conseguissem se matricular em todas as disciplinas. No entanto, esse levantamento tem
77 muito ruído, porque todos os cursos estão em um processo de transição de matrizes curriculares. O
78 único critério possível foi verificar a matriz do PPC mais recente. Considerou dois pontos
79 importantes a destacar: conflito de horários em disciplinas obrigatórias do mesmo quadrimestre da
80 matriz e oferta de disciplinas obrigatórias no período vespertino. Apresentou um gráfico
81 comparativo entre os centros. No CCNH há uma incidência maior de disciplinas ofertadas com
82 conflito de horários. Isso se deve principalmente ao compartilhamento de disciplinas entre cursos
83 de bacharelado e licenciatura da mesma área. A CGCG já está em contato com diversas
84 coordenações de curso para tentar conciliar ao máximo os horários dessas disciplinas. Orientou os
85 coordenadores a se atentarem aos horários das disciplinas dos cursos de ingresso e a conversarem
86 com as coordenações que possuem disciplinas compartilhadas, para evitar que haja conflito. Com
87 relação aos créditos no período vespertino, percebeu-se alguma incidência de oferta de disciplinas
88 obrigatórias. O entendimento é que essa prática não é recomendável, porque isso não facilita a
89 integralização do curso. Na sequência, dirimiou dúvidas. 3) Atividades extensionistas. Professor
90 Marcelo Caetano passou a palavra à Chefe da Divisão Acadêmica Renata Coelho. Renata informou
91 que têm ocorrido alguns problemas no sistema em relação às atividades extensionistas, que levaram
92 à necessidade de alguns ajustes. Passou a palavra à servidora Luciana Eugênio, para explicar sobre
93 esses ajustes. Luciana explicou que as ações de extensão curricularizadas podem ser entregues por
94 meio de atividades (certificados) ou cumpridas por meio de disciplinas. Quando os alunos fazem a

opção de enviar via certificado, é feito pelo SIGAA, por um módulo compartilhado com as atividades complementares. Para diferenciar os documentos o aluno deverá selecionar a Resolução ConsEPE nº 253 ou a Portaria da ProGrad anterior à normativa do ConsEPE. Explicou o passo a passo da análise pelo SIGAA e como foram feitos os ajustes. Renata Coelho complementou que possíveis dúvidas podem ser encaminhadas à Divisão Acadêmica, que serão esclarecidas. **Informes dos Membros.** 1) Professora Luciana Travassos fez um informe de preocupação da parte dos docentes do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial sobre as novas notícias de controle de acesso ao campus de São Bernardo do Campo, sem que isso tenha passado por um amplo debate. Há alguns anos tem-se falado sobre espaços de convivência, movimentação no campus e relação com a vizinhança. Há uma preocupação com os impactos que um controle de acesso pouco discutido terão sobre o ensino, dada a forma como o campus está construído. Considerou importante abrir um espaço para discutir a segurança no campus de São Bernardo do Campo de forma mais ampla, mas não a segurança que levará, daqui a algum tempo, a mais critérios de exclusão para fora do campus, que gerará ainda mais insegurança. 2) Professora Camila expôs uma preocupação relacionada aos concursos públicos de docentes e aos processos seletivos simplificados. Disse que isso impacta diretamente o planejamento de 2026, porque o Bacharelado em Políticas Públicas está com três vagas de concurso público, sendo que um acabou de ser realizado. Há também um edital de professor visitante aprovado, porém não houve movimentação desses processos seletivos. Informou haver uma disciplina que depende essencialmente da aprovação de um docente. 3) Professora Michelle informou que não houve nenhum docente inscrito para a coordenação do BC&T. Opinou ser isto muito problemático. Houve nesta Comissão este ano uma discussão sobre uma série de disciplinas indicadas para serem de opção limitada do BC&T, que não foram aprovadas pela plenária. Solicitou que os coordenadores dos cursos pós-BC&T passassem este informe aos membros de suas plenárias. Lembrou que em 2026 haverá avaliação do curso pelo MEC. Se a nota do curso cair vai impactar a Instituição como um todo. 3) Rail Ribeiro informou sobre a publicação no Boletim de Serviço de 08 de agosto do novo edital para a representação docente na coordenação do BC&T. 4) Professora Renata Moreira disse não ter recebido novamente o e-mail da coordenação do BC&T. Contou a experiência da Engenharia Ambiental e Urbana de estabelecer critérios juntamente com todos os docentes de seu curso, para criar uma lista, a fim de que a direção do centro tenha um parâmetro ao fazer a indicação dos docentes. Essa experiência pode ser utilizada por outros cursos. **Ordem do Dia.** 1) Ata da VI sessão ordinária da Comissão de Graduação, ocorrida em 03 e 10 de julho de 2025. Professor Marcelo Caetano abriu para manifestações. Professor Rodrigo apontou uma correção na linha 63: acrescentar “e do Q3” após “das turmas do Q2”. Não havendo outras manifestações, professor Marcelo colocou o documento em votação, sendo aprovado com 4 abstenções. 2) Proposta de Resolução CG que define o Estudo Dirigido como modalidade de oferta de disciplinas, estabelece diretrizes para sua utilização, revoga e substitui a Resolução CG nº 20 de 2018. Professor Marcelo lembrou que há diferentes regras vigentes na Universidade hoje: um conjunto de portarias e a Resolução CG nº 20 de 2018. No entanto, há um compartilhamento de um catálogo comum de disciplinas, e os discentes integram mais de um curso que compartilham disciplinas. O servidor da Pró-Reitoria de Graduação Danilo Silvério fez o trabalho de levantar junto aos diferentes cursos as regras utilizadas e extraiu de lá um conjunto comum de regras para fazer esta proposta unificada de resolução. Informou que o documento apresentado nesta sessão leva em conta as propostas e comentários feitos na última sessão, as quais foram destacadas em amarelo, bem como propostas de encaminhamento referentes aos poucos pontos em que não houve consenso. Destacou as alterações e inclusões: no Art. 2º, foi acrescentado o termo “pedagógicas” após “justificativas”. No parágrafo 1º deste artigo foi acrescentado “(sem atribuição de créditos didáticos)” após “de forma voluntária”, ficando com a seguinte redação: “A solicitação do Estudo Dirigido deve ser realizada pelo(a) docente credenciado(a) ao respectivo curso, de forma voluntária (sem atribuição de créditos didáticos), diretamente à coordenação do curso.” Houve uma proposta alternativa a este parágrafo,

145 com a seguinte redação: “A solicitação do Estudo Dirigido deve ser realizada diretamente à
146 coordenação do curso, de forma voluntária (sem atribuição de créditos didáticos), por docente
147 credenciado(a) no respectivo curso e que já tenha ministrado a disciplina em seu formato regular.”
148 No Art. 3º, o inciso II tem a seguinte redação: “caso o(a) discente já tenha cursado a disciplina, não
149 poderá ter sido reprovado(a) por frequência (conceito O)”. Professor Marcelo identificou dentre as
150 sugestões havidas, duas propostas alternativas: 1ª: “caso o(a) discente já tenha cursado a disciplina,
151 não poderá ter sido reprovado(a) por frequência (conceito O) ou por desempenho (conceito F)”; 2ª:
152 “o(a) discente já deve ter cursado a disciplina e obtido o conceito F”. Professor Marcelo abriu para
153 manifestações. Professora Renata Simões observou que o Art. 2º estabelece que o Plano de Ensino
154 deve ser analisado e aprovado pela coordenação do curso. Perguntou se seria o coordenador e vice-
155 coordenador ou o colegiado. Professor Sérgio fez uma sugestão para o inciso IV do Art. 3º: que o
156 prazo fosse de três quadrimestres sem oferta da disciplina objeto do pedido. O motivo seria para
157 que se pudesse contemplar toda a janela de oferta de disciplinas. Professor Rafael Alves comentou
158 sobre o parágrafo 1º do Art. 2º: há uma solicitação no Bacharelado em Matemática para uma
159 disciplina que é obrigatória das Engenharias, porém não há nenhum docente do Bacharelado em
160 Matemática credenciado na Engenharia em questão. Também opinou que não deve haver a
161 exigência de o docente ter ministrado a disciplina. Professor Marcelo Caetano respondeu à
162 professora Renata Simões que o termo “coordenação de curso” se refere ao colegiado. É possível
163 que a coordenação queira delegar a um grupo de docentes do curso a avaliação dos pedidos de
164 Estudo Dirigido. Respondendo ao professor Sérgio, exemplificou que se houver expectativa de que
165 a disciplina seja ofertada no Q2 do ano que vem, o discente do Q2 deste ano não poderia fazer a
166 solicitação de Estudo Dirigido, e teria de esperar um ano. Dessa forma, entende que se ampliar a
167 janela para três quadrimestres, essa política se tornará quase inócua, porque a disciplina será
168 ofertada normalmente no Q2. Respondeu ao professor Rafael que não será possível ter uma regra
169 que contemple todas as particularidades. Pode haver uma disciplina que não possua docente
170 credenciado no seu curso. Trata-se de um caso de exceção que, no seu entendimento, a coordenação
171 de curso teria respaldo para autorizar o pedido de Estudo Dirigido. Sugeriu como alternativa
172 eliminar a palavra “credenciado” do artigo ou, como se trata de um caso raro, aplicar o Art. 5º, que
173 trata dos casos omissos. Professor Rafael optou pela segunda alternativa. Professor Sérgio não
174 manteve a proposta de três quadrimestres. Professora Camila disse que o Estudo Dirigido vem
175 sendo discutido há bastante tempo no Bacharelado em Políticas Públicas. Havia uma proposta de
176 mudança da atual portaria do curso sobre esse assunto, mas quando soube que seria pautado na CG
177 achou melhor esperar. Disse discordar da ideia de o Estudo Dirigido servir para apressar a formação
178 do estudante, que não pode ser às custas de redução da qualidade da disciplina. Do jeito que está a
179 portaria reforça a percepção de que não é necessário cursar todas as disciplinas. Retomou a
180 proposta dos três quadrimestres, que foi retirada pelo professor Sérgio, porque todos os cursos
181 mantendo a grade regular de oferta vão ofertar as disciplinas durante o período de um ano. Opinou
182 que o Estudo Dirigido deve ser pensado como uma excepcionalidade e não como uma disciplina
183 que o aluno pode optar por fazer como Estudo Dirigido. Professora Ana Lúcia considerou temerária
184 a segunda proposta alternativa para o inciso II do Art. 3º, principalmente para cursos de alta
185 demanda. Citou o caso do Bacharelado em Ciência da Computação, que teve uma alta demanda
186 reprimida para a disciplina Computação Gráfica, devido a haver poucos docentes para ministrar a
187 disciplina. A coordenação recebeu vários pedidos de Estudo Dirigido para essa disciplina. Opinou
188 que deve haver a restrição à reprovação apenas por frequência. Professor Cesar considerou essa
189 Resolução um convite a todos os discentes solicitarem Estudo Dirigido. Disse ser importante que o
190 docente tenha ministrado a disciplina, pois os discentes tendem a escolher o docente com quem
191 gostariam de cursar essa modalidade. Concordeu com a sugestão de retirar a exigência de que o
192 docente seja credenciado no curso. Com relação ao coeficiente para o discente poder solicitar o
193 Estudo Dirigido considerou também complicado, porque existem muitos motivos que podem levar
194 ao discente cair nessa situação. Ele pode não conseguir se matricular por vários motivos. Professor

195 Marcelo Caetano respondeu à professora Camila que a intenção da Resolução não é apressar a
196 formação do estudante. A principal intenção é oferecer uma forma alternativa para o estudante
197 cumprir o componente curricular que ele ainda não conseguiu cumprir, por vários motivos. Sobre a
198 observação do professor Cesar de que essa prática de solicitar o Estudo Dirigido vai se tornar
199 corriqueira, disse que o discente tem de cumprir todos os critérios estabelecidos na Resolução, por
200 isso é um risco razoável que ele corre de usar essa estratégia para integralizar o curso. Professor
201 Elias, inicialmente, agradeceu pela aprovação na sessão anterior da Resolução que regulamenta a
202 oferta de disciplinas em espanhol. Disse ser uma demanda dos discentes do Bacharelado em
203 Relações Internacionais desde o ano passado. Sobre a proposta em pauta, transmitiu o entendimento
204 da plenária de seu curso: aprovar apenas por aprovar não faz sentido, uma vez que estão discutindo
205 disciplinas obrigatórias, e isso exige atenção, pois está relacionado às especificidades dos cursos da
206 UFABC. O entendimento é que fique bem explícito na Resolução que se trata de uma situação
207 emergencial. É importante que quem ministrar o Estudo Dirigido tenha o conhecimento prévio, uma
208 vez que a modalidade será diferente das disciplinas presenciais. Professora Camila opinou que
209 deveria especificar melhor sobre a questão da disciplina obrigatória para o curso, porque o aluno só
210 pode cursar uma disciplina obrigatória para o curso na modalidade de Estudo Dirigido. As
211 disciplinas dos cursos de ingresso são obrigatórias para os cursos específicos. Se o aluno já cursou
212 como Estudo Dirigido, ele não tem direito de cursar uma segunda disciplina nessa modalidade.
213 Sobre a questão do aluno que foi reprovado por F poder fazer Estudo Dirigido, considera isso pior,
214 pois na portaria do BPP essa é uma restrição. Disse que essa possibilidade seria mais um convite
215 para o aluno que foi reprovado cursar a disciplina nessa modalidade. Professora Carolina Benetti
216 opinou que o Estudo Dirigido segue dois extremos que está causando dificuldade para se definir as
217 regras. Quando se fala que o Estudo Dirigido tem a função de ajudar o aluno que não conseguiu por
218 vários motivos cursar uma disciplina, seria fácil colocar uma restrição dizendo que ele deveria
219 tentar a vaga na disciplina, e essa seria a condição para ele conseguir o Estudo Dirigido. Quando se
220 fala que se deve ajudar o aluno que foi reprovado diversas vezes numa disciplina, também seria
221 fácil dizer para ele que a condição seria que ele tenha sido reprovado mais de uma vez naquela
222 disciplina. Porém, quando se quer contemplar essas duas situações em uma mesma Resolução, está-
223 se cobrindo todos os outros casos de todos os alunos da UFABC. Pode-se dizer ao aluno que ele
224 pode tentar, mas o problema é que quem decide se ele irá conseguir é o docente, não a coordenação.
225 O docente vai elaborar o Plano de Ensino e este será avaliado pela coordenação do curso. Portanto é
226 muito difícil para a coordenação negar por motivos pedagógicos. Professor Marcelo Caetano
227 respondeu à professora Camila que sua preocupação foi discutida ao longo das sessões que
228 apreciaram esta proposta de resolução. A proposta atual da Resolução propõe que o discente tenha
229 direito a solicitar o Estudo Dirigido uma vez por cada curso que ele irá integralizar. Uma vez que
230 ele tenha o CPk maior que 0,9 no curso de formação específica, ele também pode solicitar o Estudo
231 Dirigido à coordenação deste curso. Opinou que isto não ocorrerá com muita frequência, pois os
232 critérios são rígidos. Porém, pode-se alterar a Resolução se houver o entendimento de que o
233 discente pode solicitar apenas uma vez durante toda a sua estadia na Universidade. Respondendo à
234 professora Carolina, disse que enxerga a Resolução com a função de oferecer uma forma alternativa
235 para os estudantes que estão com dificuldade de cursar determinada disciplina. Um dos efeitos
236 colaterais disso é promover a integralização do curso pelo discente. Trata-se de uma Resolução que
237 irá atender a diferentes propósitos, mas é bastante restritiva. Sobre a coordenação do curso não
238 poder reprovar o Plano de Ensino, opinou que isso não deveria acontecer. A coordenação deveria
239 ter um olhar pedagógico sobre o componente curricular obrigatório do seu próprio curso. Há um
240 corpo de docentes qualificados no curso que podem fazer uma avaliação. Professora Carolina
241 Bezerra manifestou incômodo em relação ao voluntariado do docente. Considerou complicado
242 estabelecer isto em uma Resolução. Sugeriu pensar em algumas soluções para evitar que o trabalho
243 do docente seja classificado como voluntário. Professor José Luiz observou que várias falas têm
244 despertado uma preocupação com o Estudo Dirigido se tornar uma espécie de facilitação da

245 disciplina e não de integralização. Sugeriu que, no parágrafo 2º do Art. 1º, fosse limitada a
246 solicitação de Estudo Dirigido a uma única vez na graduação. Professora Renata Simões reforçou a
247 sugestão de solicitar o Estudo Dirigido uma única vez na graduação. Disse ser contra o Estudo
248 Dirigido. Justificou sua sugestão para o inciso II do Art. 3º, dizendo que quando o discente está em
249 vias de se formar e não consegue matrícula em determinada disciplina é mais aceitável a opção do
250 Estudo Dirigido. Já ele ter sido reprovado por frequência é uma irresponsabilidade, e por
251 desempenho ele não teve o conhecimento mínimo necessário. Professora Michelle também
252 manifestou-se contra essa modalidade. Disse que hoje há poucas disciplinas que não têm uma oferta
253 regular. Opinou que os alunos têm um problema sério para se organizarem e planejarem sua grade.
254 Já existem mecanismos internos na Universidade para auxiliarem os alunos em seu planejamento.
255 Além da DEAT, existe o programa PEAT, porém vários ingressantes não procuram este auxílio.
256 Opinou que só pode solicitar Estudo Dirigido o discente que passar por atendimento da DEAT, e
257 esta recomendar à coordenação do curso a necessidade desta modalidade. Professora Carolina
258 Benetti esclareceu sua fala em relação à coordenação não poder negar o Estudo Dirigido: ela pode
259 negar quando sabe que o aluno poderia cursar determinada disciplina que foi disponibilizada em
260 vários horários e não cursou, e está solicitando o Estudo Dirigido para facilitar sua trajetória. A
261 coordenação terá que negar pedagogicamente. Professora Maisa expôs uma preocupação que não
262 está no controle da coordenação mas apenas do docente que irá ministrar o Estudo Dirigido, que é
263 aprovar o aluno. Ponderou se existe alguma estatística que mostre reprovação nessa modalidade.
264 Opinou que nenhum docente, sabendo que o aluno recorreu ao Estudo Dirigido como última chance
265 de se formar, irá reprová-lo. Professor Marcelo Caetano respondeu à professora Carolina Bezerra
266 que se for pensar em uma forma de creditação do docente, implicará uma grande mudança na forma
267 como o Estudo Dirigido tem sido feito, que envolverá uma pactuação com os centros, devido ao
268 crédito docente. Neste momento a proposta da mesa é manter esse caráter voluntário, entendendo
269 que não há uma obrigação do docente de fazer um trabalho voluntário. Sobre a proposta alternativa
270 de restrição da solicitação de Estudo Dirigido a apenas uma vez na trajetória do estudante na
271 UFABC, pode ser considerada. Sobre a preocupação da professora Maisa, o critério de aprovação
272 também é objeto de apreciação pela coordenação de curso. O docente apresenta a forma como irá
273 avaliar o estudante e a coordenação pode questionar e sugerir modificações. Se o docente entender
274 que o discente não cumpriu os critérios mínimos de seu plano de ensino para ser aprovado, ele será
275 reprovado e não poderá solicitar novamente o Estudo Dirigido para aquela coordenação. Nesse
276 caso, o discente terá de aguardar a matrícula regular naquele componente curricular e solicitar a
277 matrícula. Observando haver pontos da Resolução que não há consenso, professor Marcelo propôs
278 como encaminhamento a suspensão deste ponto de pauta e a indicação de uma relatoria, para que
279 ele retorne na próxima sessão ordinária levando em conta o histórico das discussões e as questões
280 levantadas nesta sessão. E devido ao horário avançado, considerando a necessidade de discussão do
281 Calendário Acadêmico de 2026 nesta sessão, solicitou aos membros a concordância sobre a
282 remoção do terceiro ponto da Ordem do Dia, para retorná-lo também com uma relatoria na próxima
283 sessão ordinária. Estando todos de acordo com os encaminhamentos, os pontos foram suspensos e
284 passou-se à pauta suplementar. **Pauta suplementar: Expediente.** 1) Proposta de Calendário
285 Acadêmico 2026. Professor Marcelo passou a palavra à Chefe da Divisão Acadêmica da ProGrad,
286 Renata Coelho. Renata informou que fez uma proposta de calendário acadêmico, e posteriormente
287 houve uma solicitação de alteração. Assim, fez uma proposta alternativa com a alteração.
288 Apresentou inicialmente a proposta original: o ano letivo começaria no dia 02 de fevereiro e
289 continua com 12 semanas de aula, 72 dias de aula por quadrimestre. Foram implementadas algumas
290 mudanças para 2026: foram reservados alguns dias para reposição de excepcionalidades, que seriam
291 chuvas fortes, enchentes, falta de energia elétrica etc. Esta reposição ocorreria após a reposição dos
292 feriados. Não necessariamente será utilizada, mas está prevista. Professor Marcelo Caetano
293 complementou que, atualmente, quando ocorre alguma excepcionalidade, recorre-se ao ConsEPE
294 para aprovar um novo calendário acadêmico. Este novo mecanismo muda o fluxo, deixando pré-

295 aprovados esses dias de reposição. Com isso, será publicada uma portaria da ProGrad, indicando
296 que a reposição do dia x com a determinada excepcionalidade será o dia y, não havendo a
297 necessidade de aprovação pelo ConsEPE. Renata continuou a apresentação do calendário: o
298 segundo quadrimestre começaria no dia 1º de junho, com bastantes dias de recesso entre o primeiro
299 e o segundo quadrimestre. A outra mudança foi a inclusão da semana de acolhimento dos
300 ingressantes, a pedido dos responsáveis pela realização da semana. A semana de acolhimento
301 ocorre sempre uma semana antes do início do segundo quadrimestre. O terceiro quadrimestre
302 começaria no dia 21 de setembro. O Congresso da UFABC e o UFABC para todos ocorreria nos
303 dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro. Lembrou que nestes dias não é prevista reposição porque
304 são dias letivos, com a substituição das aulas pelas atividades dos referidos eventos. No terceiro
305 quadrimestre há vários acontecimentos: além dos eventos citados, ocorrem as eleições. O campus
306 de Santo André é utilizado para a realização das eleições. Com isto, o campus é fechado no período
307 noturno da sexta-feira anterior e no período matutino da segunda-feira posterior ao pleito, com a
308 suspensão das aulas. Há também a previsão para o segundo turno das eleições. Estes dias seriam
309 repostos ao final do quadrimestre, como se fossem feriados. Lembrou que essa suspensão de aulas é
310 somente para o campus Santo André. Explicou que é feita uma tentativa de coincidir o dia da
311 semana de reposição com o dia da semana em que ocorreu o feriado, mas nem sempre é possível.
312 Neste calendário a maioria dos dias não foi possível coincidir. Em seguida, Renata passou à
313 segunda proposta de calendário: a disposição do primeiro quadrimestre é igual à da primeira
314 proposta. A mudança ocorre a partir do segundo quadrimestre, com o início das aulas em 25 de
315 maio. Há menos feriados, consequentemente menos dias de reposição. O terceiro quadrimestre
316 começaria no dia 14 de setembro. O Congresso e o UFABC para todos ocorreria nos dias 22 a 24 de
317 setembro. Com a antecipação em uma semana, há espaço para reposição de excepcionalidades
318 também no final do terceiro quadrimestre. Professor Marcelo Caetano abriu para manifestações.
319 Professora Renata Simões agradeceu pela inclusão no calendário da semana de reposição de
320 excepcionalidades. Solicitou a inclusão do Simpósio de Base Experimental das Ciências Naturais
321 (BECN), dada a sua importância, e a antecipação do Congresso da UFABC. Informou que o
322 professor Jeroen Schoenmaker, um dos coordenadores de BECN, solicitou à coordenação do BC&T
323 a inclusão do Simpósio na décima segunda semana do segundo quadrimestre deste ano, mas isso
324 não foi feito. Professor José Luiz também considerou uma ótima ideia a inclusão da semana de
325 reposição de excepcionalidades. Sugeriu, caso seja aprovada a primeira proposta de calendário, que
326 seja incluída essa semana também ao final do terceiro quadrimestre. Solicitou, se possível, que o
327 calendário fosse diagramado como era feito antes, considerando mais fácil sua visualização e
328 impressão. Ainda, opinou que os dias reservados para o Congresso e o UFABC para todos não
329 deveriam contar como horas de aula. Ponderou se isto seria objeto de deliberação. Professor Rafael
330 Alves disse que tinha uma proposta de calendário parecida com a segunda, porém com menos dias
331 de reposição de excepcionalidades e com esta previsão para o Q3. Considerou a segunda proposta
332 apresentada com muitos dias de reposição e poucos dias para o recesso. Professor Marcelo Caetano
333 disse que, se for do consenso de todos, a proposta a ser mantida será a segunda. Respondeu ao
334 professor Rafael que a ideia é não utilizar os dias previstos de reposição de excepcionalidade,
335 independente do número de dias. Em se apresentando a excepcionalidade, será preciso lidar com
336 ela. Se não houver os dias previstos no calendário será necessário recorrer ao ConsEPE. O objetivo
337 é facilitar o fluxo. Respondeu ao professor José Luiz que a Comissão de Graduação tem a
338 prerrogativa de fazer as alterações que considerar adequadas no calendário acadêmico.
339 Posteriormente, ele será encaminhado para aprovação do ConsEPE. Tem-se construído o
340 entendimento há algum tempo nesta Universidade que a semana do Congresso da UFABC deve
341 envolver a comunidade acadêmica. A ideia é manter este espírito. O problema de definir esses dias
342 como se fossem feriados é causar o esvaziamento da Universidade. Mas não basta apenas tornar
343 esses dias como letivos de não reposição; é preciso também contribuir para tornar o evento atraente.
344 Sobre a mudança de *layout*, lembrou que a atual disposição foi proposta por esta própria Comissão.

345 Se a CG entender ser melhor voltar ao *layout* anterior, isso pode ser feito. Respondeu à professora
346 Renata Simões que a antecipação do Congresso da UFABC para o final do segundo quadrimestre
347 letivo, de modo a coincidir com o simpósio da disciplina BECN, foi uma proposta primeiramente
348 discutida no âmbito das pró-reitorias, porque ela envolve principalmente trazer junto o UFABC
349 para todos. A ProEC expressou uma grande preocupação com essa possibilidade. Essa antecipação
350 significaria uma antecipação na preparação do UFABC para Todos que eles não têm condições de
351 fazer. A alternativa para BECN é utilizar uma outra ação de extensão e cultura, chamada
352 “Conhecendo a UFABC”. A proposta para contemplar a necessidade de BECN é direcionar as
353 visitas escolares que acontecem ao longo do ano para esse dia do Simpósio. Perguntou à professora
354 Renata se a ideia seria, assim como na semana de acolhimento, simplesmente indicar no calendário
355 o dia para que a comunidade acadêmica tenha uma referência de quando o Simpósio irá acontecer,
356 ou tornar esse dia não letivo. Professora Renata Simões explicou que o UFABC para Todos e o
357 Congresso são eventos que mantêm os dias letivos, imagina que o Simpósio também manteria. Mas
358 se houver um destaque no calendário, os docentes ficarão cientes que os alunos dessa disciplina
359 precisam apresentar. Professor Marcelo observou que precisa haver uma data definida para o
360 Simpósio, para que conste no calendário. Professora Renata ficou de verificar. Professora Marcia
361 Aguiar opinou que são muitos dias reservados para as excepcionalidades. Disse temer que alguns
362 docentes aproveitem esses dias para terminar seu planejamento. Com isso há alunos que retornam
363 para o quadrimestre seguinte muito cansados. O representante discente Arthur perguntou se o
364 Congresso e o UFABC para Todos têm um motivo para ser realizado no mês de setembro, ou
365 poderia ser transferido para novembro como foi no ano passado. Opinou que é mais fácil para as
366 escolas participarem em novembro. Professor Marcelo Caetano respondeu à professora Marcia que
367 esta é a primeira vez que será prevista a semana de excepcionalidades. Para esclarecer melhor a
368 comunidade, conta com o apoio dos coordenadores de curso para orientar os docentes de suas
369 plenárias. Nos e-mails que a ProGrad envia no começo de cada quadrimestre com as orientações,
370 será adicionado um novo item explicativo sobre essa semana de excepcionalidades. Esta será uma
371 semana a ser utilizada se houver a publicação da portaria da ProGrad autorizando a utilização de
372 cada um dos dias. Respondeu ao Arthur que o Congresso da UFABC é um evento dirigido pela
373 Reitoria, que propõe as datas. O que pode ser feito por parte desta Comissão, se houver o
374 entendimento de que existe outra data mais interessante, é levar a proposta para ser discutida no
375 âmbito do ConsEPE. Já o UFABC para Todos não é muito interessante que aconteça muito
376 próximo do fim do ano. A proposta é que ele aconteça na segunda semana letiva. No mês de
377 novembro já seria por volta da décima semana letiva, quando ocorrem mais avaliações, tornando
378 mais complicado para a comunidade acadêmica participar. Em princípio sugere manter como está.
379 Em seguida, professor Marcelo resumiu os encaminhamentos: 1) considerar a sugestão da
380 professora Renata Simões de incluir uma indicação no calendário do dia do Simpósio de BECN, a
381 ser definido; 2) definir a segunda proposta de calendário acadêmico como sendo a oficial. Com o
382 avançar das horas, perguntou à Comissão se seria apropriado aprovar o calendário nesta sessão ou
383 mantê-lo em pauta para prosseguir a discussão na continuação desta sessão. Professora Michelle
384 manifestou preocupação com o fato de alguns docentes não quererem liberar os alunos para
385 participarem do Simpósio de BECN. Disse ser preciso que os alunos sejam dispensados. Professora
386 Roberta sugeriu, como o calendário passa por aprovação do ConsEPE e qualquer mudança precisa
387 ser submetida a este Conselho novamente, como se trata de um calendário geral da Universidade,
388 não incluir uma atividade de uma disciplina de um curso. Disse concordar que os alunos sejam
389 dispensados, mas tem de ser uma atividade do BC&T, portanto este curso deve estabelecer sua
390 regra. Professora Renata Simões sugeriu que ao menos não haja atividade avaliativa nos dias do
391 Simpósio. A representante discente Nyla lembrou que os três pilares da Universidade são Ensino,
392 Pesquisa e Extensão. Então quando se fala do Congresso da UFABC, do UFABC para Todos e do
393 Simpósio de BECN, é preciso lembrar que o Congresso abrange os discentes e docentes que
394 trabalham com pesquisa e com extensão, e o UFABC para Todos sustenta o pilar da extensão.

395 Então não faz sentido que os alunos sejam forçados a estarem em sala de aula, pois a Universidade
396 não se faz apenas dentro da sala de aula. Professor Marcelo Caetano reforçou que este é o espírito,
397 de manter esses dias como letivos, mas não com atividades regulares de sala de aula. Encerradas as
398 manifestações, professor Marcelo agradeceu a todos e encerrou a sessão às dezessete horas e doze
399 minutos. -----

400 Ata da continuação da VII sessão ordinária da Comissão de Graduação (CG), convocada para as
401 catorze horas do dia catorze de agosto de dois mil e vinte e cinco, e realizada na Sala 312-1, Bloco
402 A, da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos Estados, 5001, Bairro Bangu,
403 Santo André - SP. A reunião foi presidida pela professora Fernanda Graziella Cardoso, Pró-Reitora
404 de Graduação, e contou com a presença dos seguintes membros: Alexandre Acácio de Andrade,
405 Coordenador do curso de Engenharia de Gestão; Alysson Fábio Ferrari, Coordenador do curso de
406 Bacharelado em Física; Arthur Caldeira Silva Leão, Representante Discente; Carolina Bezerra
407 Machado, Coordenadora *pro tempore* do curso de Licenciatura em História; Cesar Monzu Freire,
408 Coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial; Danilo Trabuço do Amaral, Coordenador do
409 curso de Bacharelado em Biotecnologia; Elias David Morales Martinez, Coordenador do curso de
410 Bacharelado em Relações Internacionais; Gabriel Almeida Antunes Rossini, Coordenador do curso
411 de Bacharelado em Ciências Econômicas; Helói Franscisco Gentil Genari, Vice-coordenador do
412 curso de Engenharia de Informação; Isabel Coronel da Silva, Representante Técnico-administrativa;
413 João Lameu da Silva Junior, Vice-coordenador do curso de Engenharia Biomédica; José Luiz
414 Bastos Neves, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Luciana Aparecida Palharini,
415 Vice-coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Luciana Rodrigues Fagnoni
416 Costa Travassos, Coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Luiz
417 Fernando Grespan Setz, Coordenador do curso de Engenharia de Materiais; Maisa Helena
418 Altarugio, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas (LCNE); Marcia
419 Aguiar, Coordenadora do curso de Licenciatura em Matemática; Márcia Helena Alvim, Vice-
420 diretora do Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Maria Candida Varone de Moraes
421 Capecchi, Coordenadora do curso de Licenciatura em Física; Mariana Moraes de Oliveira Sombrio,
422 Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Humanas; Marcelo Bender Perotoni, Vice-
423 coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Marcelo Modesto
424 da Silva, Vice-coordenador do curso de Engenharia de Energia; Maurício Richartz, Vice-diretor do
425 Centro de Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Michelle Sato Frigo, Coordenadora do
426 curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia; Mirela Inês de Sairre, Vice-coordenadora do curso
427 de Bacharelado em Química; Nyla Gabrielly Silva Dias, Representante Discente; Rafael Cava
428 Mori, Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Rafael Santos de Oliveira Alves,
429 Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Raquel Vecchio Fornari, Coordenadora do
430 curso de Bacharelado em Neurociência; Regimeire de Oliveira Maciel, Coordenadora do curso de
431 Licenciatura em Educação do Campo. Renata Maria Pinto Moreira, Coordenadora do curso de
432 Engenharia Ambiental e Urbana; Renata Simões, Coordenadora do curso de Bacharelado em
433 Ciências Biológicas; Ronaldo Cristiano Prati, Coordenador *pro tempore* do curso de Bacharelado
434 em Ciências de Dados; Silvio Ricardo Gomes Carneiro, Coordenador do curso de Licenciatura em
435 Filosofia; Thais Tartalha do Nascimento Lombardi, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado
436 em Ciências e Humanidades. **Ausentes:** Ana Lígia Scott, Coordenadora do curso de Bacharelado
437 em Ciência da Computação; Camila Caldeira Nunes Dias, Coordenadora do curso de Bacharelado
438 em Políticas Públicas; Carlos Eduardo Gianetti, Representante Técnico-administrativo; Marcos
439 Vinícius Pó, Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS);
440 **Não votantes:** Carolina Moutinho Duque de Pinho, Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e
441 Políticas Afirmativas; Marcelo Salvador Caetano, Pró-Reitor Adjunto de Graduação; Rodrigo
442 Roque Dias, Coordenador Geral dos Cursos de Graduação (CGCG); Tania Cristina Dória,
443 Representante Técnico-administrativa suplente. **Apoio administrativo:** Edna Maria de Oliveira

444 Loureiro, Assistente em Administração, e Gleica Rodrigues de Souza, Estagiária. Professora
445 Fernanda cumprimentou a todos e deu início à sessão às catorze horas e dez minutos. Professora
446 Fernanda agradeceu ao professor Marcelo Caetano pela presidência da mesa nas sessões anteriores.
447 Explicou que nas sessões de continuação geralmente não há a sessão de informes, porém este era
448 um caso excepcional. **Informes da Presidência.** 1) Protocolos de segurança e de acesso ao campus
449 de São Bernardo do Campo. Professora Fernanda passou a palavra à Pró-Reitora de Assuntos
450 Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), professora Carolina Pinho. Professora Carolina
451 informou que há casos de excepcionalidades que exigem ações rápidas por parte da ProAP.
452 Comentou que, em conjunto às medidas de segurança, a ProAP promoverá a 1ª Roda de Conversa
453 sobre Segurança nos Campi: “Segurança Queremos, Devemos e Podemos”, no dia 27 de agosto, no
454 hall do Bloco Beta do campus São Bernardo, e no dia 28 de agosto, no “aquário” da ProAP, Bloco
455 A, térreo, campus Santo André. Ambas as atividades acontecerão às 17 horas e são abertas à
456 comunidade da UFABC. Informou também que o “aquário” da ProAP está disponível para reservas
457 por meio da Central de Serviços. Orientou que atividades envolvendo uso de som devem evitar os
458 horários de aula. 2) Boletim da Graduação. Professora Fernanda informou que o Boletim da
459 Graduação ainda está em fase de diagramação, mas que os dados já estão prontos. Explicou que o
460 Boletim da Graduação tem como tema o ingresso de estudantes de 2025. Do total de 2106 vagas,
461 foram preenchidas 2099, o que levou a uma taxa de ocupação de 99,7%. Pelo SiSU, as 2032 vagas
462 foram preenchidas, com 9253 candidatos. O Programa de Ingresso para Egressos de Escolas
463 Públicas do Grande ABC (PROEP-ABC) ofertou 54 vagas e preencheu 50, tendo 266 candidatos e
464 uma taxa de ocupação de 93%. As Vagas Olímpicas tiveram a maior taxa de ocupação desde sua
465 implementação na UFABC: 17 das 20 vagas foram preenchidas, com uma ocupação de 85% e 177
466 candidatos. Perfil dos ingressantes: 6 em cada 10 ingressantes vieram de escolas públicas, ações
467 afirmativas, do PROEP-ABC ou de vagas olímpicas. Sobre os dados de representatividade,
468 professora Fernanda explicou que são de autodeclarações. Do total de ingressantes, 42,3% se
469 autodeclararam mulheres. Na relação por curso, 37,4% se autodeclararam mulheres no BC&T,
470 57,6% no BC&H, 49,5% na LCH e 50% na LCNE. Em relação à idade dos ingressantes, utilizando
471 a análise estatística de moda, 18,4 anos no matutino e 18,8 anos no noturno. Dos estudantes Pretos,
472 Pardos e Indígenas (PPI), do total de ingressantes, 35,5% se autodeclararam PPI. Em relação à
473 modalidade de ingresso, foram 916 ingressantes por ampla concorrência, 17,7% autodeclarados
474 PPI; 1033 por escola pública, sendo que 53,1% se autodeclararam como PPI. Das ações afirmativas
475 próprias da UFABC (vagas para pessoas com deficiência, refugiados e solicitantes de refúgio,
476 pessoas transgênero, transexuais e travestis), 31,3% se autodeclararam como PPI. Pelo PROEP-
477 ABC e Vagas Olímpicas, dos 67 ingressantes, quase 30% são autodeclarados PPI. Em seguida
478 mostrou um mapa indicando a procedência desses estudantes. Em 2025, ingressaram na UFABC
479 estudantes de 20 estados brasileiros. Do número total de ingressantes, 2016 são do Estado de São
480 Paulo, sendo que, deste número, a maioria se concentra no Grande ABC, chegando aos 961
481 ingressantes residindo na região. A maioria dos estudantes reside em São Bernardo do Campo
482 (342), seguido por Santo André (323), Mauá (99), Diadema (84), São Caetano (73), Ribeirão Pires
483 (26) e Rio Grande da Serra (14). Professora Fernanda explicou que esses números foram um dos
484 principais motivos para a elaboração de um programa específico para o ingresso de estudantes de
485 escolas públicas do Grande ABC. Sobre os dados de ingressantes advindos da cidade de São Paulo,
486 comentou que da zona leste há o maior número de ingressantes (367), seguido pela zona sul (216),
487 zona norte (72), zona oeste (62) e centro (33). Comentou sobre os números em outras cidades
488 pertencentes à região metropolitana. Informou que o Boletim seria publicado em breve. Comentou
489 que a ideia é que esse estudo se mantenha nos próximos anos. Agradeceu aos envolvidos na
490 elaboração do Boletim. Professor Marcelo Caetano complementou que houve estudantes que se
491 inscreveram pelo SiSU e pelo PROEP-ABC, e quando o estudante obtém nota suficiente para a
492 convocação pelo SiSU, ele é considerado apenas nesta modalidade, o que resultou na liberação de
493 vagas no PROEP. Ressaltou o sucesso deste Programa. **Expediente.** 1) Proposta de Calendário

494 Acadêmico 2026. Professor Marcelo Caetano retomou o item sobre o calendário acadêmico de
495 2026, informando que a proposta alternativa de antecipação do Q2 foi mantida para discussão.
496 Mencionou que pontos como a inclusão do Simpósio da disciplina de Base Experimental das
497 Ciências Naturais (BECN) e a reposição de aulas durante o Congresso da UFABC seriam
498 discutidos. Professora Renata Simões comentou sobre a impossibilidade de realizar o simpósio de
499 BECN junto com o evento UFABC para Todos. Explicou que, em conversa com a coordenação da
500 disciplina, a ideia é que o simpósio ocorra em um dia letivo da 12ª semana do segundo
501 quadrimestre de 2026. Comentou sobre a proposta da Pró-Reitoria de Graduação de criar um
502 calendário de eventos separado, sem a necessidade de aprovação do ConsEPE, para incluir eventos
503 acadêmicos como o Simpósio e se manifestou de acordo com esta proposta. Ressaltou a
504 importância de os docentes evitarem atividades avaliativas nesse dia, já que o Simpósio faz parte da
505 disciplina. Professora Fernanda propôs, então, que a ProGrad foque na criação de um calendário de
506 eventos para divulgar as semanas acadêmicas e outros eventos, facilitando a participação dos
507 estudantes. Enfatizou que este calendário seria uma ferramenta adicional ao calendário acadêmico
508 oficial. Professora Michelle reforçou a importância da comunicação entre as coordenações dos
509 cursos que compartilham disciplinas, como BECN, para garantir o alinhamento de datas e evitar
510 conflitos com provas. Após a discussão, o ponto foi promovido à Ordem do Dia. Professor Rodrigo
511 sugeriu correções na legenda das datas, principalmente no terceiro quadrimestre, para refletir o
512 impacto das eleições e uniformizar o uso do termo "feriado", incluindo o Carnaval. A mesa acatou
513 as sugestões. Com as correções aceitas, o calendário acadêmico de 2026 foi colocado em votação e
514 aprovado com uma abstenção. Professora Fernanda informou que o calendário seguirá para o
515 ConsEPE na semana seguinte. 2) Definição do horário de oferta das turmas de disciplinas previstas
516 para o 1º quadrimestre de 2026. Professor Rodrigo iniciou a discussão sobre as solicitações de
517 disciplinas que seriam ofertadas fora do padrão de horários, com base em formulários enviados por
518 sete cursos. Explicou que as justificativas de indisponibilidade docente e restrição de espaço seriam
519 tratadas diretamente com as direções de centro e que, na CG, seriam discutidas apenas as
520 solicitações com justificativa pedagógica. O primeiro caso foi a disciplina Biotecnologia Vegetal,
521 do Bacharelado em Biotecnologia. Professor Danilo explicou que a disciplina, que tem dois créditos
522 teóricos e dois práticos, exige o uso de material vegetal perecível e reagentes caros, que seriam
523 desperdiçados se as aulas teóricas e práticas não ocorressem no mesmo dia e horário. Sem
524 manifestações ou questionamentos, professora Fernanda propôs passar o item para a Ordem do Dia.
525 Secundada a proposta, na Ordem do Dia, a solicitação foi colocada em votação, sendo aprovada por
526 unanimidade. O segundo caso foi a disciplina Evolução e Diversidade de Plantas 1, do Bacharelado
527 em Ciências Biológicas. Professora Renata Simões relatou que o casamento entre a teoria e a
528 prática no mesmo dia facilita o aprendizado e que o material de aula é coletado pelos próprios
529 professores e precisa estar fresco. Além disso, a separação das aulas poderia tornar os exercícios
530 mais lentos e complicar o cronograma em caso de feriados. Sem manifestações ou questionamentos,
531 professora Fernanda propôs passar o item para a Ordem do Dia. Secundada a proposta, na Ordem
532 do Dia, a solicitação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. O próximo caso
533 discutido foi a disciplina Práticas em Neurobiologia Molecular, do Bacharelado em Neurociência.
534 Professora Raquel explicou que, apesar de ter apenas dois créditos, a disciplina é totalmente prática
535 e exige aulas longas de quatro horas, realizadas de forma quinzenal. O NDE do curso recomendou
536 que a disciplina não seja alocada no mesmo quadrimestre que as disciplinas obrigatórias do curso.
537 Sem manifestações ou questionamentos, professora Fernanda propôs passar o item para a Ordem do
538 Dia. Secundada a proposta, na Ordem do Dia, a solicitação foi colocada em votação, sendo
539 aprovada com uma abstenção. Em seguida, foi a vez de duas disciplinas do Bacharelado em
540 Engenharia de Energia, que foram apresentadas pelo professor Marcelo Modesto: Engenharia de
541 Combustíveis Fósseis e Laboratório de Engenharia Solar Fotovoltaica. No caso da disciplina de
542 Engenharia de Combustíveis Fósseis, o professor explicou que o pedido é para evitar o choque de
543 horários com a disciplina de Engenharia de Combustíveis Híbridos, já aprovada. Professora

544 Fernanda esclareceu que, como o pedido é por uma situação pontual e não por justificativa
545 pedagógica, este caso não entraria em discussão, mas seria uma questão de alocação de horários.
546 No caso da disciplina Laboratório de Engenharia Solar Fotovoltaica, professor Marcelo Modesto
547 explicou que as aulas precisam ser ministradas durante o dia. No período noturno ela é ofertada aos
548 sábados. Professora Renata Simões sugeriu que, se possível, a disciplina fosse ofertada para ambos
549 os turnos aos sábados, para não impactar a grade da semana. Professor Marcelo Modesto informou
550 que a oferta de ambos os turnos no sábado dependeria do espaço do laboratório. Professor Rodrigo
551 questionou a justificativa, por não conter o argumento da necessidade de aulas em 4 horas
552 sequenciais no período matutino, baseada na natureza da disciplina. Professora Fernanda sugeriu
553 que, caso aprovada, a justificativa fosse ajustada para deixar claro que a necessidade de 4 horas é
554 em função da natureza dos experimentos. Professor Marcelo Modesto concordou com a adequação
555 da justificativa, mas lembrou que a disciplina já havia sido aprovada anteriormente e que o
556 problema é de ordem prática. Professora Fernanda disse que ela pode ter sido discutida antes da
557 aprovação da Resolução. Encerradas as manifestações, professora Fernanda propôs passar o item
558 para a Ordem do Dia. Secundada a proposta, na Ordem do Dia, a solicitação foi colocada em
559 votação, sendo aprovada com uma abstenção. O último caso foi do curso de Engenharia de Gestão,
560 com as disciplinas “Análise de Redes de Transporte e Distribuição” e “Sistemas CAM”. Professor
561 Alexandre começou pela disciplina Sistemas CAM, a qual, segundo ele, já havia sido aprovada
562 anteriormente e necessita de 4 horas contínuas de aula. Justificou a necessidade pelo uso de
563 *softwares* pesados para simulações que exigem tempo para carregar, sendo que dividir a aula em
564 dois períodos dificultaria a didática. Ressaltou que a disciplina é majoritariamente prática, o que
565 torna o formato de 4 horas contínuas mais produtivo do ponto de vista didático. Em relação à
566 disciplina Análise de Redes de Transporte e Distribuição, explicou que a justificativa é a mesma: o
567 uso intensivo de *softwares* como *Python*, *LibreOffice* e ferramentas de simulação, o que torna a
568 fragmentação das aulas prejudicial à didática. Mencionou que a docente da disciplina já teve essa
569 experiência e o *feedback* dos alunos foi negativo. Professor Cesar pediu um esclarecimento sobre a
570 disciplina Sistemas CAM, questionando o T-P-I da disciplina, que aparece como 2 créditos de
571 teoria e 2 créditos práticos. Observou que, pelo relato do professor Alexandre, a disciplina deveria
572 ser classificada como 4 créditos práticos, já que ocorre integralmente em laboratório. Professor
573 Alexandre confirmou que a disciplina é mais prática do que teórica e que a configuração no T-P-I
574 pode ter sido um erro no último ajuste. Professora Márcia Alvim expressou preocupação com as
575 justificativas genéricas, que poderiam abrir precedentes e comprometer o padrão de oferta Tetris.
576 Professora Renata Moreira defendeu que a justificativa é compreensível para as disciplinas que, no
577 T-P-E-I, têm carga P maior ou igual à carga T, pois o tempo é necessário para a realização das
578 atividades em laboratório. Professora Luciana Palharini respondeu que, mesmo entendendo o
579 argumento, a justificativa apresentada no documento não o sustentava, e que o texto precisava ser
580 reelaborado. Professora Michelle complementou dizendo que muitos docentes não sabem o que é
581 necessário justificar no formulário e que a justificativa deveria ter sido mais clara sobre o problema
582 estrutural dos laboratórios. Professor Alexandre concordou com a professora Michelle sobre o
583 problema estrutural dos laboratórios. Professora Fernanda propôs que a Comissão decidisse se
584 votaria a aprovação da solicitação nesta data, com o compromisso de a coordenação ajustar o
585 documento para publicação, ou se o ponto seria suspenso e retomado na sessão de setembro.
586 Professora Márcia Alvim sugeriu que as próximas justificativas sejam mais diretas, visto que
587 problemas técnicos são considerados excepcionalidades e não necessariamente deveriam entrar
588 como justificativas pedagógicas. Professora Luciana Palharini disse entender as problemáticas
589 sobre o uso dos computadores, porém o documento apresentado não reflete isso. Opinou que a
590 justificativa devia ser reelaborada. Professor Alexandre disse não ver problemas em reelaborar os
591 textos. Professor Helói comentou sobre as dificuldades de aplicar os conhecimentos dessa disciplina
592 em duas horas. Professora Michelle comentou sobre a possibilidade de disponibilizar um modelo de
593 justificativa pedagógica, para orientar os docentes sobre como elaborá-la. Professora Fernanda

explicou o caminho que a justificativa pedagógica deveria percorrer até chegar à CG. Encaminhou este item para a Ordem do Dia. Comentou que, se aprovado, o texto do documento deve ser adequado. Professor Cesar defendeu a suspensão, argumentando que a aprovação de um documento com justificativa inadequada criaria um precedente indesejado. Sugeriu que fosse discutido na próxima sessão. Professora Fernanda perguntou ao professor Rodrigo se seria possível tal sugestão. Professor Rodrigo disse não ver problemas. Professora Luciana Palharini concordou com o professor Cesar sobre o adiamento deste item para a próxima sessão. Professora Fernanda apresentou dois encaminhamentos para votação: 1) a Comissão votaria as justificativas nesta sessão, com o compromisso da Coordenação de ajustar o documento; 2) a Comissão votaria pela suspensão do ponto, com seu retorno na próxima sessão. Por maioria de votos, decidiu-se por suspender a solicitação da Engenharia de Gestão e retomá-la na sessão de setembro. 3) Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação das Infâncias, Linguagens e Artes (Leila). Professora Fernanda destacou que este curso é o primeiro a ser discutido na CG, dentre os novos cursos de licenciatura, e quando aprovado se tornará o quinto curso de ingresso da UFABC. Mencionou a presença do Grupo de Trabalho que elaborou o Projeto Pedagógico e agradeceu, em especial, à presença da professora Marineide de Oliveira Gomes, da Unifesp. Passou a palavra ao professor Silvio, para apresentar o PPC. Professor Silvio iniciou com uma correção no nome do curso, que é Licenciatura em Educação **das** Infâncias, Linguagens e Artes (ao invés de Licenciatura em Educação **para as** Infâncias, Linguagens e Artes). Contextualizou o histórico da proposta: a criação do curso atende a uma demanda da região do ABC de formação de professores para a educação das infâncias e anos iniciais do Ensino Fundamental. Diferentemente das licenciaturas já existentes (LCNE e LCH), que focam do Ensino Fundamental II ao Ensino Médio, a Leila supriria a necessidade de um curso de ingresso adequado para a área de Pedagogia, abrangendo Educação Infantil e Ensino Fundamental I. A proposta foi resultado de um processo que incluiu reuniões com especialistas na área, como a professora Marineide de Oliveira Gomes, presente na sessão. A aprovação do curso no ConsUni, em dezembro de 2024, dependia da aprovação das vagas de docentes e técnicos pelo Ministério da Educação. Ressaltou a complexidade de ter de construir a proposta da Leila e da Pedagogia de forma interligada. Descreveu as características do curso. É uma licenciatura interdisciplinar, que busca a articulação com o PPI da UFABC e com as licenciaturas já existentes (LCNE e LCH). A formação do docente será polivalente, ou seja, com ênfase na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sem aprofundamento específico como em cursos de Matemática ou Ciências. A matriz curricular prevê disciplinas que estimulam a interdisciplinaridade, como as "ações integradoras" e os "projetos interdisciplinares". O curso também abriria a possibilidade de futuras licenciaturas em artes e linguagens, além da licenciatura em Educação Física já aprovada no ConsUni. Ressaltou a dificuldade de organizar um curso de licenciatura, visto que, além das diretrizes da UFABC, as DCNs normatizam os cursos de licenciatura. Detalhou a carga horária do curso, que seria de 3.200 horas, divididas em quatro núcleos. O Núcleo 1 seria composto por 880 horas para estudos de formação geral (Didática, Políticas de Educação etc.), o Núcleo 2 por 1.600 horas para aprofundamento em conteúdos específicos (Artes, Linguagens etc.), o Núcleo 3 prevê 320 horas para extensão. O Núcleo 4 é composto por 400 horas de estágio, divididas em obrigatórias (240 horas) e optativas (160 horas). A DCN mais recente não permite que as horas de extensão sejam cumpridas com o estágio, o que exigiu a criação de disciplinas extensionistas. Detalhou a composição dos estágios obrigatórios, que incluem observação em creches e escolas, organização do trabalho pedagógico e o estágio de regência. Os estágios de opção limitada seriam de articulação com espaços científico-culturais, e um estágio multissetorial, além dos estágios do futuro curso de Educação Física. A apresentação da matriz ideal foi feita com a divisão em três quadrimestres. Ressaltou que a nova DCN exige que o estágio comece no primeiro semestre do curso, o que exigiu ajustes na matriz curricular. Explicou que a disciplina Arte e Ensino foi incluída para dar ao curso a sua marca desde o início. A matriz também prevê um programa de extensão para fazer uma articulação mais integrada com as escolas.

644 Comentou sobre a infraestrutura necessária, como a criação de um laboratório de práticas das
645 infâncias e uma brinquedoteca, e previu o início do curso para o segundo quadrimestre de 2026.
646 Professora Fernanda comentou que o Projeto precisaria de uma sessão extraordinária da CG, na
647 próxima semana (21 de agosto), para ser amadurecido a tempo de ser levado ao ConsEPE, em 9 de
648 setembro. Abriu espaço para as manifestações. Professor Cesar parabenizou o GT pelo trabalho e
649 questionou alguns pontos. Sugeriu que os estágios de opção limitada não fossem incluídos no
650 documento principal, mas sim em um anexo, para evitar atualizações constantes no Projeto
651 Pedagógico. Opinou que o estágio em EJA foge do escopo da Leila, que aborda a primeira infância
652 e o Ensino Fundamental I. Também questionou a carga horária de 80 horas dos estágios, que não é
653 múltiplo de 12, o que pode gerar problemas nos cálculos de créditos e T-P-I. Professora Renata
654 Simões levantou duas preocupações: a disciplina BIOA (Biodiversidade: Interações entre
655 Organismos e Ambiente), que só é ministrada por professores do Bacharelado em Ciências
656 Biológicas, não teve sua inclusão tratada com a coordenação deste curso. Alertou que não há
657 docentes para absorver a demanda de mais alunos. Perguntou se haverá uma nova contratação para
658 esta disciplina. Comentou sobre a falta de espaço físico, que já é um problema na UFABC, e se
659 agravaria com a criação de um novo curso. Professor Cesar comentou que não entendeu o cálculo
660 dos 35% de horas obrigatórias. Professora Fernanda esclareceu sobre a quantidade de vagas, que
661 será de 50 por turno, e não 25 como consta no documento. Afirmou que a estrutura do campus
662 Santo André pode comportar esse número e que a oferta do curso só será feita se a Universidade
663 receber as vagas prometidas pelo Ministério da Educação. Ressaltou que a CG delibera sobre o
664 Projeto Pedagógico, e não sobre a viabilidade do curso. Professor Silvio pediu desculpas à
665 professora Renata pela falta de tempo para dialogar sobre a disciplina BIOA. Explicou que a
666 intenção é que a Leila se "auto-alimente" com professores de Ciências Naturais, Matemática,
667 Línguas e Humanas, para não onerar os cursos existentes. Professora Renata Simões observou que
668 se as contratações de novos professores não acontecerem logo, em 2026 os atuais professores de
669 BIOA não terão como assumir novas turmas. Professor José Luiz fez sugestões e perguntas sobre a
670 grade horária. Sugeriu mover a disciplina Bases Epistemológicas para o Q2, onde já há uma turma
671 ofertada, para otimizar a utilização de docentes. Questionou a dispersão das disciplinas obrigatórias
672 do Q5 em diante, o que, em sua experiência, pode gerar problemas de compatibilidade de horários
673 com os cursos específicos. Perguntou sobre a previsão de vagas para docentes para a Leila e
674 Pedagogia. Professora Fernanda respondeu à pergunta sobre as vagas, que a perspectiva é otimista,
675 mas que para receber as vagas é necessário aprovar o curso. Professora Márcia Alvim parabenizou
676 o GT, mas reforçou a preocupação com a contratação de professores, que, em sua opinião, precisa
677 ser acelerada, pois os cursos já existentes não têm condições de absorver a demanda da Leila.
678 Também pediu que o documento fosse corrigido, pois em alguns locais o nome completo da
679 licenciatura, com o termo "interdisciplinar", não estava presente. Professor Cesar expressou
680 preocupação com as novas turmas a serem criadas nas disciplinas já existentes. Professor Silvio
681 defendeu que a EJA também trata da formação no Ensino Fundamental I e, portanto, é um campo
682 relevante para o curso. Em relação aos estágios de 80 horas, explicou que, por terem natureza
683 diferente das disciplinas, não seguem a mesma lógica dos créditos múltiplos de 12. Respondeu ao
684 professor José Luiz que a dispersão das disciplinas obrigatórias está relacionada à sua interface com
685 os estágios. Reconheceu o risco de conflito de horários, mas disse que a matriz foi pensada para ser
686 tranquila nesse sentido. Defendeu que o curso será uma solução, e não um problema, pois a
687 contratação de novos professores para a Leila ajudaria a suprir a demanda de disciplinas como
688 BIOA. Relembrou que a aprovação do curso é condicionante para que o MEC disponibilize as
689 novas vagas e que, da mesma forma, as novas vagas são um condicionante para o início do curso.
690 Professora Fernanda comentou sobre a importância do PPC, para que, com a matriz curricular, seja
691 possível observar possíveis dificuldades na oferta de disciplinas e o perfil das vagas. Nyla,
692 representante discente, sugeriu incluir nos estágios optativos eixos de disciplinas de humanas,
693 biológicas e exatas, para garantir que o futuro professor polivalente tenha uma formação abrangente

694 em todas as áreas. Professora Márcia Alvim comentou sobre a possibilidade dessas novas vagas
695 contemplarem as áreas de Libras e de educação inclusiva, que são áreas com falta de professores.
696 Comentou a importância de uma disciplina sobre gênero na matriz curricular. Professora Luciana
697 Palharini esclareceu sobre a natureza dos estágios de licenciatura, que são regidos por legislação
698 federal e não entram no cálculo de créditos da mesma forma que as disciplinas. Parabenizou a
699 organização dos estágios na matriz, mas sugeriu a retirada dos estágios específicos do curso de
700 Pedagogia, já que não pertencem à Leila, e que fossem colocados em um documento separado.
701 Concordou com a professora Márcia Alvim sobre a inclusão da disciplina sobre gênero. Arthur,
702 representante discente, expressou preocupação com a disciplina de opção limitada no segundo
703 quadrimestre, que pode gerar uma sobrecarga para o aluno, visto que também há um estágio neste
704 quadrimestre. Professor José Luiz destacou a importância de deixar a matriz curricular da Leila
705 relacionada com a da LCNE principalmente, visto que serão ofertadas no mesmo campus. Professor
706 Silvio retomou o ponto sobre o estágio em EJA, e reforçou sua importância. Concordou com a
707 possibilidade de incluir a disciplina sobre gênero e disse que, para a sessão extraordinária, tentaria
708 incluir na matriz. Professor Cesar comentou sobre a possibilidade de um documento complementar
709 para as disciplinas limitadas. Devido ao horário avançado, professora Fernanda propôs a
710 continuação da discussão do ponto em uma sessão extraordinária na próxima quinta-feira, 21 de
711 agosto, devido ao prazo para envio ao ConsEPE. Encerrou a sessão às dezessete horas e dezenove
712 minutos, cuja Ata foi lavrada por nós, Edna Maria de Oliveira Loureiro, Assistente em
713 Administração, e Gleica Rodrigues de Souza, Estagiária, e aprovada pela professora Fernanda
714 Graziella Cardoso, e pelos demais membros presentes à sessão. -----

FERNANDA GRAZIELLA CARDOSO
Presidente

MARCELO SALVADOR CAETANO
Vice-presidente

EDNA MARIA DE OLIVEIRA LOUREIRO
Assistente em Administração

GLEICA RODRIGUES DE SOUZA
Estagiária